

Eu pergunto ao Inea, à Defensoria e ao próprio deputado Eliomar Coelho se desejam fazer alguma pergunta específica ao secretário Leandro Guimarães, aproveitando a presença do secretário conosco aqui na audiência.

A SRA. ALESSANDRA BENTES - Pela Defensoria, deputado, nós já estamos satisfeitos por hora e, eventualmente, se tivermos algum questionamento, faremos diretamente ao secretário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado.

O Inea quer levantar alguma questão específica, Isabele Oliveira?

A SRA. ISABELE OLIVEIRA - Bom, o secretário falou sobre a criação de um canal interligando os dois rios, o canal de Sarapuí com o Rio Iguaçu. É importante salientar que é preciso de autorização ambiental para fazer qualquer tipo de movimentação daqueles rios.

Só para frisar isso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Isabele. Deputado Eliomar Coelho quer fazer alguma pergunta específica?

O SR. ELIOMAR COELHO - Vou deixar para a próxima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Perfeitamente.

Antes de passar ao secretário para comentar essa observação feita pela Isabele, eu pergunto ao sr. Edson Teixeira se já está conosco na sala para fazer uma manifestação, representando o gabinete do deputado federal Glauber Braga. Você tem a palavra por 3 a 4 minutos, por favor.

O SR. EDSON TEIXEIRA - Obrigado, deputado Waldeck Carneiro. É uma honra estar aqui com vocês discutindo um problema muito importante para a Baixada Fluminense, principalmente para o Município de Duque de Caxias. É fato que essa área que é objeto dessa audiência hoje é uma área de extrema importância para o meio ambiente de Duque de Caxias, por ser uma área de transbordo, por ser um poder natural e que já era uma área de proteção ambiental consolidada na cidade, isso é importante deixar claro. Importante que essa área de preservação ambiental, chamada APA São Bento, já existia há anos na cidade. Infelizmente, de uns tempos para cá, a municipalidade quer desenvolver projetos imobiliários naquela região, com algumas justificativas econômicas e, infelizmente, vão totalmente contra a habitação e o desenvolvimento social daquela região, que é uma região que já ocasionada por inúmeros alagamentos. O Bairro de São Bento, os bairros que são limítrofes daquela região, são regiões extremamente alagáveis.

Eu ouvi a palavra do secretário agora dizendo do outro projeto de desenvolvimento de obras na região para melhorar o alagamento, então, quer dizer, a gente vai, com esses aterramentos, ocasionar mais alagamento e vamos ficar na esperança, na promessa, de que a região vai receber uma outra obra para resolver os problemas de alagamento. Então, isso é um contrassenso total. E é uma região do Incra, que o Ministério Público Federal já disse que é temerário o uso daquele espaço para qualquer construção.

Então, a gente tem a AGU que, também, se disse temerária com a ocupação desse espaço e esse espaço está sendo (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA), que poderia ser utilizada para inúmeras outras coisas de forma ambiental. Mas o que está acontecendo? Ele está sendo aterrado e vai prejudicar todo entorno da região.

Então, o mandato se coloca à disposição. A gente quer marcar também uma audiência pública em nível federal, a gente se coloca à disposição dos movimentos sociais, da Academia, para poder fazer com que essa região seja protegida. É uma região que tem uma biodiversidade imensa e se você for colocar imagens de satélite é uma região extremamente viva, com uma biodiversidade imensa que não pode ser colocada. Existem inúmeros espaços, inúmeros terrenos, na região da Washington Luiz que poderiam ser ocupados para fazer esse empreendimento, e não essa região.

Então, o mandato se coloca à disposição, deputado Waldeck Carneiro, para construir uma resistência a que não seja feito esse empreendimento nesse local que é um local de escoamento natural das águas das chuvas para proteger aquelas comunidades do entorno.

É isso. Muito obrigado. Um grande abraço a todos. Estamos juntos nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Edson Teixeira. Eu não falei naquela para concluir, não. É que seu áudio tinha fechado. Eu só alertei que o áudio tinha fechado.

O SR. EDSON TEIXEIRA - Ah, tá. A gente está nessa construção então. A gente se coloca à disposição para construir essa audiência pública a nível federal para levar, já que esse terreno é um terreno federal, um terreno do Incra, e não é porque o Incra tem áreas devolutas que ele precisa passar para a gestão municipal, não é que esse terreno possa ser, enfim, colocado um empreendimento que vai prejudicar em muito o entorno, a população do entorno daquela região que já sofre com alagamentos. Então, quer dizer, vai piorar a questão do entorno daquela área ali.

É isso. Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Edson Teixeira. Eu não sei se o senhor estava na sala. Nós fizemos um encaminhamento para fazer, até o final do mês de junho, uma nova audiência envolvendo também o Instituto Rio Metrópole. Talvez a Câmara Federal, através do mandato do Glauber, pudesse se envolver também na construção dessa audiência.

O SR. EDSON TEIXEIRA - Sim. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Otimizaríamos os nossos esforços, não é?

O SR. EDSON TEIXEIRA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Então, a gente vai combinar isso mais adiante.

Eu queria, pedir um minutinho de paciência ao secretário Leandro Guimarães e fazer uma última rodada. Perguntar se o Adacto e se o professor Raulino querem fazer uma nova questão. E eu também queria deixar, secretário, uma ou duas questões: primeiro o secretário mencionou, mais uma vez, sobre a preocupação em implementar um conjunto de medidas mitigatórias, como foi mencionado; e apresentou, na sua segunda intervenção, a ideia do canal. Eu queria saber quais são as outras medidas mitigatórias que estão sendo pensadas e também perguntar, falando de um lugar, que não é de um lugar de especialista, mas que tem acompanhado a agenda da Região Metropolitana, se, diante da inexistência de estudos especializados, até então, diante da própria recomendação do Ministério Público Federal, se não seria importante, secretário, nesse momento, suspender os trabalhos que estão em andamento ali em proveito da realização desses estudos e do aprofundamento da nossa discussão.

Então, eu queria deixar também essa pergunta para quando o secretário voltar a intervir e conceder dois minutos para o Adacto e dois minutos para o Raulino para fazer as últimas intervenções, aí o secretário faz as suas considerações finais. Por favor.

O SR. ADACTO OTTONI - Posso falar, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Por gentileza.

O SR. ADACTO OTTONI - Pois não. Olha só, eu queria, também com todo o respeito ao secretário de urbanismo, fazer dois comentários que eu acho que são importantes: eu, como técnico, sou literalmente contrário a essa solução que o dr. Canedo está propondo porque você interligar os rios Sarapuí ao rio Iguaçu, em época de inundação, o senhor imagina o porte e o custo dessa obra. Na realidade, ela não ataca a causa do problema, você está beirando a inundação do rio e jogando para o outro lado e, normalmente como os rios estão próximos, o outro rio também está com inundação. Você só está empurrando um problema para o outro lado. Eu sou contra. Se quer fazer alguma obra para melhorar, vamos melhorar a permeabilidade da bacia, vamos reduzir o assoreamento.

Então, não é com esse tipo de obra. É muito melhor, para reduzir inundação, não construir ou se (não compreendido) naquela área, porque você vai amortecer muito mais enchente sem transferir o problema para outra bacia. Este é um primeiro ponto.

O segundo ponto, o senhor me desculpe, mas eu não concordo você fazer um aterro, como o senhor falou, um aterro de conquista para ter acesso a área sem ter uma garantia de que o em-

preendimento é viável ambientalmente, não justifica porque qualquer aterro na região vai sobrecarregar a inundação.

Então, o preço desse aterro de conquista que o senhor está fazendo agora, a população vai pagar em dezembro, quando começar a chover.

Então, no meu entender, o aterro de conquista é necessário? É. Para fazer a obra? É. Mas primeiro vamos avaliar os estudos, a solução técnica.

Então, eu queria dar essas duas recomendações, não é nem pergunta, é recomendação. Sou contra esse projeto do dr. Canedo, totalmente contra. Não é sustentável. É uma obra de recursos hídricos que não ataca a causa do problema, e eu digo isso na frente dele, não é empurrando para o outro lado. Segundo, nós temos que buscar solução sustentável.

Então, o aterro não deve ser feito porque a gente já sabe de antemão que vai piorar o problema, mesmo sendo aterro de conquista.

É isso que eu tinha a falar, obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Professor Sebastião Raulino, 3 minutos, para a gente passar a palavra ao secretário Leandro Guimarães, por favor.

O SR. SEBASTIÃO RAULINO - Então, eu queria novamente a opinião da prefeitura se ao invés do empreendimento ali, uma unidade de conservação integral, estadual conversado com todas as cidades do estado, primeira coisa. Segunda coisa, por que o plano diretor de 2006 foi modificado apenas há alguns meses, dias, depois de ser aprovado com participação da sociedade na qual a APA São Bento estava inteira e o Campo do Bomba fazia parte. E, terceiro, por que os empreendimentos associados ao Cearj, nos termos de construção não retornam à prefeitura. O Cearj, ele, depois de 35 anos, ele pode renovar ou não a licença com a prefeitura, mas os empreendimentos associados não retornam à prefeitura, as outras indústrias, atacado, balcão, farmacêutico e não retorna o que está ali e o terreno é da prefeitura, como é que fica isso, então, essa é a pergunta aqui disso aqui, de interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, professor Sebastião Raulino.

Secretário Leandro Guimarães, o senhor dispõe do tempo que precisar para fazer as suas observações.

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Obrigado, deputado.

Isabele Oliveira, em relação a qualquer obra que a gente for fazer em relação a essa questão hídrica, a gente realmente vai estar solicitando licenciamento ao Inea, conforme eu falei anteriormente, toda a legislação ambiental será respeitada.

Então, é um compromisso que o município tem, não só um compromisso, mas, uma obrigação que o município tem de estar respeitando as leis e o Inea receberá o projeto logo quando a gente realmente chegar ao entendimento da melhor solução, dr. Adacto, a gente... Eu acho a participação do senhor que também é um especialista na área, então, na próxima audiência ficará melhor apresentado esse projeto pelo professor Paulo Canedo, onde, não só o senhor, como toda a sociedade vai conseguir ver um pouco melhor essa apresentação, não é um projeto meu, apesar de também ser engenheiro, ele que está estudando já há muitos anos essa área e aí a gente vai conseguir debater e eu acho que isso tem um valor muito importante porque o senhor, também como especialista da área vai apresentar ponto de vista e eu tenho certeza que o senhor falou aqui para gente, o senhor vai falar para o Paulo Canedo que a gente vai cada vez mais melhorar a qualidade desse projeto e a gente vai fazendo com que a solução seja construída e conjunto a 4 mãos para que a gente consiga realmente a solução.

Então, a gente não é o dono da verdade, a gente realmente está querendo justamente fazer com que o projeto seja implantado sim, da melhor forma possível.

Eu só gostaria de deixar um esclarecimento muito grande ao Professor Sebastião Raulino em relação a fala dele por último, sobre os empreendimentos correlatos, não é verdadeiro quando ele afirma que todos os negócios correlatos nessa área não serão públicos. Eu afirmei anteriormente e reitero a minha fala, 100% da propriedade, no final da concessão irá retornar para o poder público, ou seja, essa propriedade, esses 3 milhões de metros quadrados, nunca deixarão de ser públicos, eles estarão, durante um período, sob uma concessão, mas, posteriormente voltará a ser municipal.

Então, todas as empresas que fizerem investimentos naquela área, já estão sabendo desde o início de que eles irão explorar por certo período aquela área; e no final a área voltará para o município, para fazer nova concessão, para fazer, à época, o que todos entenderem ser o melhor, agora, em momento nenhum a prefeitura está fazendo com que a área pública seja doada ou transferida para o privado. A Câmara Municipal de Duque de Caxias está muito atuante também nesse assunto e é uma defesa que a Câmara está veementemente cobrando que toda a nossa legislação seja clara em relação a isso e nunca foi diferente.

Então, nós temos um plano de utilização, são 700 páginas o nosso estudo que diz o que pode ser feito nessa região e de que forma vai ser feito, mas, eu deixo bem claro para que ninguém nessa audiência pública tenha dúvida de que toda a área, 100% dessa área, sempre será uma área pública, está ok?

Deputado, a Prefeitura de Duque de Caxias está sempre à disposição para qualquer dúvida, é sempre importante, a gente faz questão de participar de todas as próximas audiências públicas para que a gente possa cada vez mais melhorar essa discussão, fazer com que esse projeto, realmente, atenda a todos os interesses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Secretário, agradeço demais a sua presença, a sua disponibilidade, eu queria só perguntar: existe alguma possibilidade, do ponto de vista da prefeitura, de enquanto os estudos são feitos, enquanto o debate se aprofunda, suspender os trabalhos que estão em andamento nesse momento no Campo do Bomba, a prefeitura considera essa possibilidade?

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Essa também faz parte do Ministério Público Federal, Recomendação 3, a gente já recebeu essa recomendação, a nossa Comissão aqui está analisando, a gente vai sentar com o nosso prefeito, nos próximos dias, para que a gente possa, realmente, estar chegando a um consenso e logo eu consigo dar a resposta em relação a isso. Eu fiquei faltando, deputado, justamente, a pergunta que o senhor fez, em relação à sustentabilidade, em relação a todas as medidas que a gente pretende naquela região ali.

Uma das nossas ações naquela região é garantir com que a densidade daquela área não tenha um percentual muito alto, que a gente tenha, realmente, áreas abertas, áreas em que a gente consiga drenar o máximo de água possível, que a gente consiga fazer com que as edificações sejam mais lineares do que verticais, para que a gente garanta, né. E aí, a gente utilizar de todas as técnicas possíveis no mercado para fazer reuso de água, enfim, todas as técnicas de sustentabilidade disponíveis no mercado, a gente pretende estar utilizando nesse projeto do Cearj, que é o nosso Centro de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.

Então, a gente fazendo com que as edificações cada vez menos tenham um volume construtivo muito grande, a gente vai estar também contribuindo para a sustentabilidade dessa área, está ok?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Assim, eu quero insistir, o secretário acompanhou a audiência quase o tempo todo, mesmo quando não tinha entrado aqui ainda, nenhuma instituição, nenhuma representação, que esteve nesta audiência, se manifestou contrário à ideia de que haja um centro de abastecimento em Duque de Caxias, de modo algum.

Portanto, o questionamento que nós fazemos é sobre a adequação do local, por isso eu queria que v. sa. pudesse levar ao prefeito Washington Reis que considerasse a possibilidade de: primeiro, levar a mensagem de que esta audiência acha uma ideia promissora e importante, mas, em segundo lugar, que considerasse a possibilidade, enquanto os estudos especializados não são feitos, enquanto a gente pode aprofundar, inclusive, os debates - nós temos uma audiência pública marcada até o final de junho e vamos construí-la em conjunto, vamos construí-la em conjunto -, se não seria mais razoável, nesse momento, suspender os trabalhos de aterramento, que estão em curso no momento, no Campo do Bomba.

De qualquer maneira, eu quero agradecer muito a presença do secretário Leandro Guimarães; agradecer a presença do professor Adacto Ottoni; da defensora Alessandra Bentes, do Inea, sobretudo, da Isabele Oliveira; agradecer a presença do professor Sebastião Raulino; a representação dos mandatos da deputada Mônica Francisco, foi uma pena que a Mônica tivesse uma agenda simultânea e acabou não conseguindo intervir, a Mônica está acompanhando, já há algum tempo, profundamente, essa agenda do Campo do Bomba; deputada Zeidan; deputado Glauber Braga também, que teve um assessor que pode aqui se manifestar. Enfim, agradecer também a participação do Ministério Público Federal, através do vídeo que foi exibido pelo procurador Júlio José, e do deputado Eliomar Coelho, membro da nossa comissão e referência para nós, no que diz respeito ao debate sobre políticas urbanas e sobre a Região Metropolitana.

Eu agradeço muito a presença. Vamos aprofundar esse debate, tendo sempre como referência o elevado interesse público de Caxias, da Baixada e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Muito obrigado. Declaro encerrada a presente audiência pública.

**COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL E DE OFFSHORE E DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

(REQUERIMENTO Nº 213/2021)

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte um, às quatorze horas, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniu-se a comissão instituída pelo Requerimento nº 213/2021, sob a presidência da Senhora Deputada CÉLIA JORDÃO, contando com a presença dos Senhores Deputados WALDECK CARNEIRO e RUBENS BONTEMPO, membros efetivos. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Senhora Presidente, declarou aberta a quinta reunião ordinária, conforme convocação por edital, publicado na data de quatorze de maio do corrente ano, com o objetivo de ouvir a Petrobrás, representada pelo Senhor PEDRO HENRIQUE BANDEIRA BARCANTE MACHADO, Gerente Executivo de Relacionamento Externo da Petrobras e o Senhor EDIVAL DAN JUNIOR, Gerente Setorial de Conteúdo Local da Petrobrás. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, fez uma pequena introdução sobre a Comissão Especial para Acompanhar e Buscar Soluções para o Fortalecimento e a Ampliação da Indústria Naval de Offshore e do Setor de Petróleo e Gás no Estado do Rio de Janeiro. Prosseguindo, a Senhora Presidente passou a palavra para os Deputados membros da Comissão e ao convidado presente, que fizeram o uso da palavra para esclarecimentos. Após, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença e colaboração de todos os participantes e deu por encerrada a presente reunião, cujo link <https://www.youtube.com/watch?v=PA-QuLiWvKkY>, contém a íntegra da reunião, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas, em anexo, da qual, para constar, eu, André Luiz Coutinho Merlo, matrícula 201.762-2, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões, 24 de maio de 2021. (a) André Luiz Coutinho Merlo - Secretário "ad hoc"(a) Deputada CÉLIA JORDÃO - Presidente

(Notas Taquigráficas)

A transmissão sonora apresentou variações, interferências e falhas ao longo da reunião, notadamente nas intervenções do Sr. Edival Dan Junior, prejudicando o registro e entendimento de trechos e termos em alguns momentos.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Às 14h05 do dia 24 de maio de 2021, na condição de Presidente da Comissão Especial para acompanhar e buscar soluções para o fortalecimento e ampliação da indústria naval de offshore e do setor de petróleo e gás do Estado do Rio de Janeiro, contando com a presença dos Srs. Deputados Rubens Bomtempo e Célia Jordão, dou por abertos os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária, com objetivo de ouvir a Petrobras, representada neste ato pelos ilustríssimos Srs. Pedro Henrique Bandeira Brancante Machado, Gerente Executivo de Relacionamento Externo da Petrobras, e Edival Dan Junior, Gerente Setorial de Conteúdo Local. Já dou as boas-vindas. Registro a presença da Dra. Magda Chambriard, que assessora esta Comissão. Saudar os representantes, a assessoria dos Deputados membros desta Comissão presentes neste momento em reunião, a TV Alerj e aqueles que nos assistem pelo canal também do YouTube.

Uma boa tarde, Pedro; boa-tarde, Edival.

O SR. RUBENS BONTEMPO - Boa-tarde, Célia. Eu estou tentando entrar aqui com vídeo e não estou conseguindo. Só estou te ouvindo, estou te vendo, mas eu não estou conseguindo aparecer. Mas, estou aqui.

Boa tarde, Mauro. Tudo bem, querido? Boa tarde, Pedro.

O SR. MAURO OSÓRIO - Boa-tarde, Deputado Bomtempo, boa-tarde, Deputada Célia.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Boa tarde, Dr. Mauro Osório, tudo bem? Prazer em revê-lo.

O SR. MAURO OSÓRIO - Recebeu lá as minhas sugestões-zinhas?

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Recebi. Vamos fazer os encaminhamentos aqui para a Petrobras.

O SR. MAURO OSÓRIO - Está ótimo. Parabéns pelo trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Parabéns para o nosso trabalho. Trabalho de grupo, os Deputados todos mais assessoria contribuindo para essa que é uma intenção mais do que justa de trabalho, que é a questão da discussão da abertura de frentes de trabalho para o Estado do Rio de Janeiro através da indústria naval, indústria marítima, como grande indutora disso tudo a nossa Petrobras, uma empresa de alta tecnologia e forte no nosso País.

Queria aí convidar o Dr. Pedro Henrique... Não sei qual dos senhores vai fazer uso, se preparara uma apresentação, porque nós temos algumas perguntas também a dirigir aos senhores, mas, antes, eu gostaria de saber se vai fazer alguma apresentação.

O SR. PEDRO HENRIQUE BANDEIRA BRANCANTE MACHADO - Perfeito. Boa tarde, Deputada, boa tarde a todos os presentes, a nossa proposta: eu faço umas pequenas palavras de introdução aqui, de contexto, e, depois, o Dan vai fazer uma apresentação um pouco mais detalhada para fazer aí essas discussões, se estiverem de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Estamos de acordo, Pedro. Podemos iniciar, então.

O SR. PEDRO HENRIQUE BANDEIRA BRANCANTE MACHADO - Eu vou dar início aqui.

Em primeiro lugar, queria agradecer, Deputada, pela oportunidade de convidar a Petrobras aqui para as suas discussões. A gente tem sempre marcado aí a abertura ao diálogo com a empresa. Obviamente, a Petrobras é uma empresa, é um player no mercado, mas não é uma entidade fácil e nem um órgão do Governo; mas a gente fica muito feliz de poder contribuir com essa visão de empresa, de um grande player do setor, para debater esse tema tão importante para o Brasil, para o Estado do Rio de Janeiro, que é o setor naval.

Então, eu vou começar com algumas considerações iniciais, na sequência dessas sessões que têm acontecido, a gente tem acompanhado sempre que possível para dar um pouco da visão da empresa sobre o contexto no qual a gente está operando hoje em dia, principalmente que o setor de óleo e gás passa no mundo todo hoje.

A primeira delas que eu gostaria de falar é a transição energética e as demandas relativas ao impacto do setor de óleo e gás na mudança do clima. A gente teve recentemente, no contexto do Acordo de Paris, por exemplo, o Brasil declarando, mês passado, anunciando o compromisso de que o País terá emissões líquidas de carbono zeradas em 2050, aquilo que a gente chama de net zero, todas as emissões do País, pela sua atividade industrial, suas atividades produtivas, aí se assume um compromisso de compensar, várias tecnologias possíveis, não vou entrar em detalhes, mas a gente sabe que esse é um desafio hercúleo. Temos 30 anos pela frente para chegar